

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 23/2014

Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, na sala de
reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da
Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo
Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão
Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo,
Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto
Manuel Gonçalves Figueiredo
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS
A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre
Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição
Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara
deu início aos trabalhos da presente sessão
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
APROVAÇÃO DE ATAS
Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 21/2014 e n.º 22/2014
referente às reuniões ordinárias de 14 e 28 de novembro, respetivamente
Aprovada a ata n.º 21/2014 por maioria dos presentes com uma abstenção
Aprovada a ata n.º 22/2014 por unanimidade dos presentes
DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA
A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ac
dia anterior eram as seguintes:
Operações Orçamentais: cento e trinta e dois mil, setecentos e oito euros e vinte
cêntimos
Operações não Orçamentais: cento e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e
dois euros e três cêntimos
ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO
DIÁRIO DE NOTÍCIAS - MAIS DE UM TERÇO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA EM PORTUGAL NÃO É
FATURADA

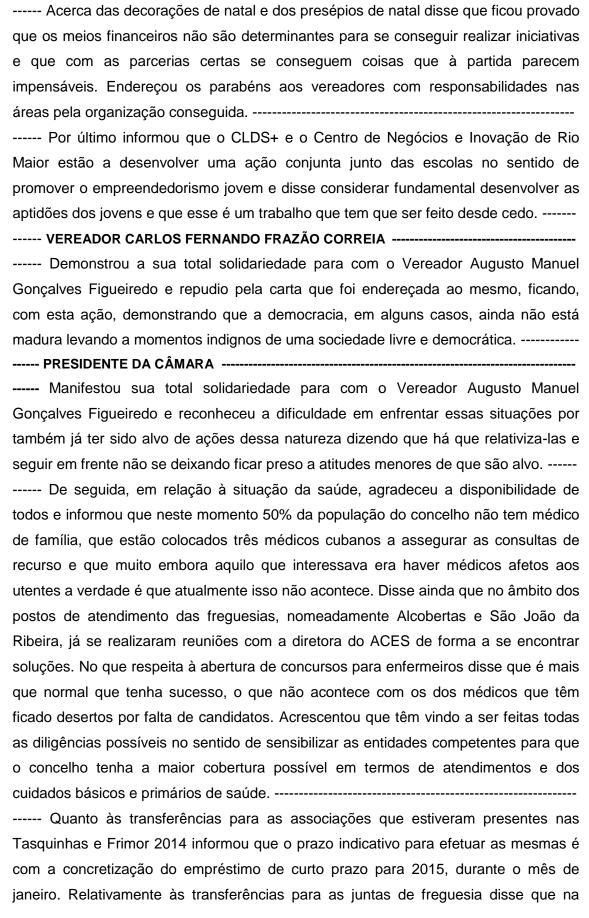
PRIVATIZAÇÃO EGF - AVISO DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA PARA PRONÚNCIA DOS
INTERESSADOS SOBRE A OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO COM A AQUISIÇÃO DE EGF PELA SUMA
OUTDOORS PUBLICITÁRIOS "SALINAS ALDEIA DOS PRESÉPIOS DE SAL"
COMÉRCIO E NOTÍCIAS - "OS PRESÉPIOS MAIS SALGADOS DO MUNDO ESTÃO EM RIO MAIOR"
A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo
com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. Informou
ainda acerca da alteração da data da segunda reunião de Câmara do mês de
dezembro antecipando do dia 26 para o dia 22, às 10 horas e também da decisão de
dar tolerância de ponto aos serviços do município no dia 24 de dezembro, na tarde de
31 e ainda, em alternativa, no dia 26 de dezembro ou 2 de janeiro
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Apresentou cumprimentos a todos os presentes e votos de boas festas pautadas
pela solidariedade e pela boa vontade
Acerca da informação da água disse que significa se um terço da água não é
paga há responsáveis por isso e exigem-se respostas políticas e que certamente não
é com vinte milhões de euros para projetos no âmbito do ciclo da água que se irá
resolver o problema. Disse que se trata de um alerta e de um sinal para que a
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Nacional de
Freguesias (ANAFRE) e a população em geral possam exigir que a água, como bem
público essencial, tenha todas as condições de utilização igualitária
No que se refere ao comunicado relativamente à compra, por parte da SUMA, da
EGF disse que como cidadão português e particularmente como autarca custa-lhe
assistir ao triste espetáculo de interesses em que uma empresa pode vir a ficar com
cerca de 70% de um negócio e principalmente quando a EGF foi, há não muito tempo,
elogiado pela sua capacidade criadora, realizadora, com lucro, feita pelos municípios
portugueses e que agora se tenta privatizar por quase nada. Questionou em relação à
comunicação do STAL para que fosse emitido parecer contrário a este negócio por
parte do município se foi tomada alguma iniciativa nesse sentido
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Iniciou por se referir às perdas de faturação de água dizendo que isso vem
reforçar a necessidade de investimentos que têm que ser feitos na remodelação das
redes em todos os sistemas no combate ao furto e às perdas. Disse ainda que o
município de Rio Maior deve rondar os números da média nacional e custa que os
munícipes estejam a pagar um produto cada vez mais caro quando existe este
mamoipos ostojam a pagar am produto cada vez mais caro quando existe este

desperdício. Considerou fundamental o aproveitamento desse mesmo desperdício de forma a reduzir o que os munícipes pagam e apelou para que quando o município de Rio Maior, ou outros municípios, afectarem verbas em melhoramentos e remodelação das redes lhes seja garantido que esse setor continue na sua posse porque estar a investir em algo que irá ser negociado por outros não é a vocação das autarquias. Acrescentou que a vocação das autarquias é tornar o serviço eficiente e sustentável e recomendou que o município de Rio Maior aproveite todas as condições de investir e de forma a manter na sua posse a gestão da água em baixa. --------------------------- Acerca da posição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local relativamente à EGF disse que está em consonância com aquilo que já tem sido falado, de ser um setor importante que dá lucro de cerca de quinze milhões por ano e é uma empresa sustentável, criada pelos municípios, com um património superior a mil milhões de euros e é um exemplo do que a gestão pública, devidamente controlada, pode fazer. Afirmou que aquilo que custa é ver este investimento, esta empresa criada pelo sacrifício dos municípios com a colaboração dos trabalhadores, ser, de um momento para o outro, alienada por valor abaixo do mercado deixando os municípios na mão do novo servidor que configura um monopólio. ----------- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA ----------- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------- Sobre a EGF disse que concorda com o que foi já dito e acrescentou que muito provavelmente aquilo que espera a todos os consumidores finais relativamente à recolha de resíduos sólidos é um aumento do tarifário explicando que quando se deu a passagem da Resioeste para a Valorsul o preço de entrega em aterro sanitário caiu 50% e que agora com este negócio o valor pode vir a dobrar ou ate mesmo triplicar. Acerca do documento com a posição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local disse que este chegou já fora de um prazo dentro do qual se poderia subscrever ou não essa posição e que se fosse mesmo do interesse do sindicato que o município tomasse uma posição atempadamente teria enviado o documento com a antecedência necessária para o efeito. ---------- Felicitou a organização e todos os intervenientes pela iluminação de natal e agradeceu a colaboração das escolas na execução das árvores de natal que foram colocadas um pouco por todo o centro da cidade sugerindo que para o ano, para além das escolas, as IPSS possam também colaborar nesse sentido como já se faz em outras cidades. ------

Relativamente às candidaturas ao ciclo urbano da água informou que estão a
decorrer normalmente e que o prazo foi prorrogado até 31 de dezembro e que quanto
à Estrada Nacional 1 estão a ser colocadas as estacas após o qual haverá um período
de descanso para o cimento assentar e serão depois retomados os trabalhos no início
de 2015
No que se refere à revisão do Plano Diretor Municipal informou que foram
revistos os estudos de caracterização, que se irá realizar uma reunião na Comissão de
Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)
onde será entregue a carta da Reserva Ecológica Bruta e que a carta da Reserva
Agrícola Nacional está em análise na Direção Regional de Agricultura e Pescas de
Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), e que estes desenvolvimentos irão permitir,
aparentemente, a realização de uma reunião da Comissão de Acompanhamento no
final do primeiro trimestre de 2015
Por fim, referindo-se aos presépios de sal disse que mais uma vez foram muito
bem conseguidos e que têm sido bastantes visitados não obstante as condições
climatéricas não serem as mais favoráveis
PRESIDENTE DA CÂMARA
Convidou todos os vereadores a estarem presentes no dia 19 de dezembro na
entrega dos presentes aos filhos dos trabalhadores da Câmara Municipal assim como
habitual o jantar de Natal
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Chamou à atenção para a gravidade da situação da EGF e considerou que a
importância do tempo obriga a que ainda haja uma manifestação da Câmara Municipal
em relação ao assunto uma vez que o executivo junto da associação de municípios a
que pertence tem reiteradamente manifestado a sua posição contrária a este processo
e que assim sendo, em sua opinião, deveria ser feito um esforço no sentido de veicular
essa opinião. Referiu ainda que no que respeita aos sindicatos estes estão num
momento bastante difícil para conseguir ter capacidade de resposta a tantas
exigências e sugeriu que fosse tido em conta o parecer que a Câmara Municipal tem
tido e enviado à autoridade da concorrência mesmo fora do prazo indicado
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Referiu que a época natalícia em Rio Maior está a ser muito animada e
endereçou os parabéns à câmara por ter conseguido dinamizar, decorar e animado
especialmente a Rua Serpa Pinto e elogiou o grupo de animação que anda

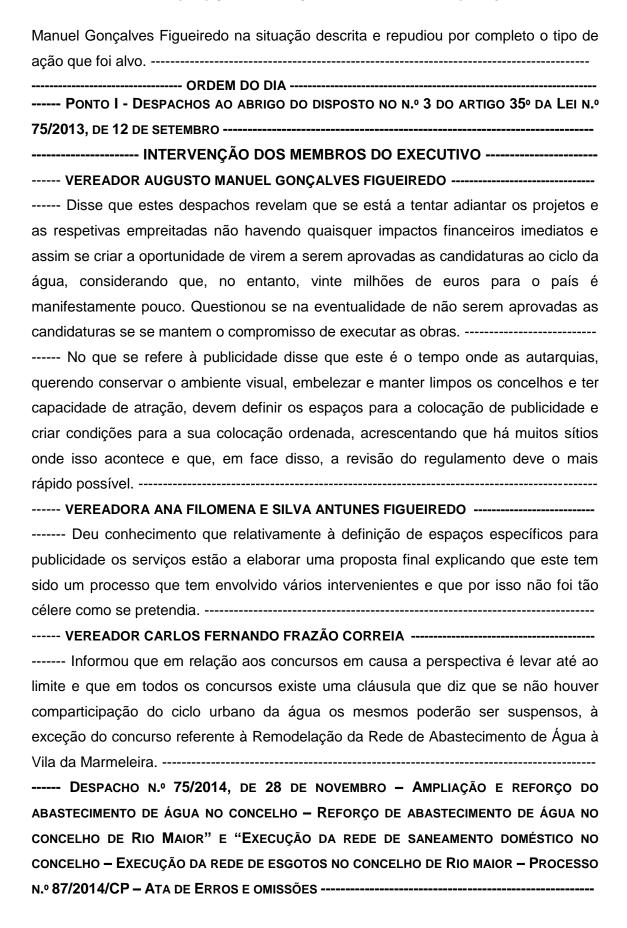
permanentemente nas ruas e na Casa Senhorial a interagir com as pessoas e com os
visitantes o que contribui muito para a vivacidade da ocasião. Quanto à iluminação
disse ser das mais bem conseguidas dos últimos anos e mesmo com as contingências
orçamentais têm sido feitos grandes elogios à mesma e a toda a decoração,
nomeadamente a colocação do presépio numa das rotundas da cidade
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Solicitou informações acerca da situação da saúde no concelho e se, em face
das aposentações de médicos previstas, não terão que ser tomadas medidas mais
drásticas face à ausência de serviço público neste setor a mais de metade da
população
Relativamente ao relatório da Loja do Cidadão questionou qual a razão de não
virem demonstrados, como aconteceu no anterior, os resultados das desistências.
Solicitou também indicação de quando é que as associações irão receber os valores
em falta relativamente às Tasquinhas e Frimor 2014
Acerca da situação das juntas de freguesia disse ser importante parar para
pensar sobre a questão das transferências de verbas porque lhe foi dito por vários
presidentes de junta que este ano não serão feitas mais transferências no âmbito dos
acordos de execução e dos contratos interadministrativos quando algumas das
freguesias receberam valores muito abaixo dos contratualizados levando a que
existam já situações em que não há dinheiro para pagar salários dos trabalhadores.
Questionou também qual é a previsão para o próximo ano em face dos valores
constantes no orçamento de 2015
Por fim deu testemunho de uma situação que se passou com o próprio em que foi
alvo de calúnias e ataques devido às suas escolhas partidárias e ideológicas através
de carta anónima extremamente ofensiva na sequência de uma entrevista que deu ao
jornal "O Mirante"
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Iniciou por se solidarizar com o Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo
na situação que relatou e condenou desde logo atos desta natureza e teor e que não
são admissíveis situações destas em democracia
Felicitou a câmara municipal pelas decorações e atividades da época natalícia e
pelo envolvimento de outras entidades dizendo que fica assim provado que é possível,
mesmo em tempos de dificuldades e falta de meios financeiros, com a participação e
envolvimento de muitos se consegue fazer coisas dignas e de qualidade
Relativamente às questões da saúde disse que existe efetivamente uma
preocupação constante e sugeriu que se fizesse uma reunião para analisar tudo o que

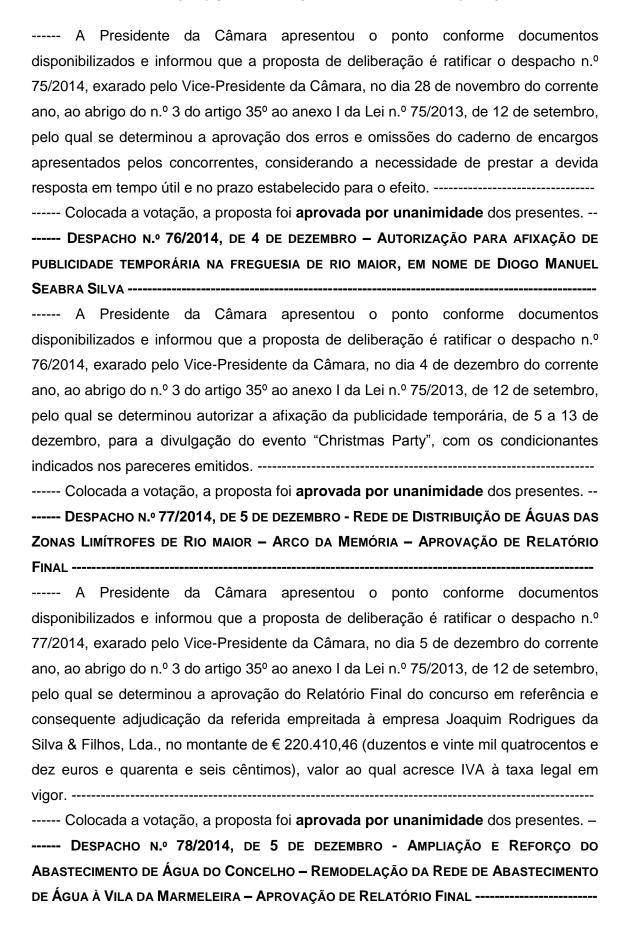
ja foi feito e prometido, as expectativas criadas e que de forma organizada fossem
tomadas as medidas coletivamente unindo esforços por aquilo que pode ser
conseguido para o concelho
VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Relativamente à decoração de natal na cidade partilhou que o trabalho efetuado
nas ruas só foi possível devido ao grande envolvimento dos colaboradores da câmara
municipal, nomeadamente os operacionais da Unidade de Obras Públicas, Espaço
Público, Equipamentos e Apoio às Freguesias, que tiveram disponibilidade total para a
montagem da decoração e para uma série de trabalhos de preparação que
envolveram horas fora do seu horário de trabalho normal. Agradeceu ainda em
especial o Engenheiro Ricardo Rosário por conseguir envolver e motivar os seus
colaboradores, a sua unidade, para que muito daquilo que se vê fosse possível.
Acrescentou ainda que da parte dos comerciantes houve uma excelente receptividade
e que inclusivamente as iluminações da Rua Fernando Maestro Carvalho são da
responsabilidade dos comerciantes da mesma
Terminou dizendo que está solidária com o Vereador Augusto Manuel Gonçalves
Figueiredo e que sente alguma tristeza em relação aos CTT porque não trata os
munícipes de Rio Maior todos da mesma forma já que esta correspondência não tinha
a direção correta e os correios entregaram-na enquanto em outros casos de
correspondência oficial e importante não o fazem
VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Disse que a situação descrita pelo Vereador Augusto Manuel Gonçalves
Figueiredo não e admissível em democracia e extremamente injusta
Quanto à Loja do Cidadão disse que como todos sabem a gestão da mesma é
feita pelo município e informou que até é data é considerada um modelo evidenciando
a capacidade de gestão das câmaras municipais como é prova os votos de louvor já
registados. Disse que, no entanto, embora a gestão seja da câmara municipal os
princípios que a regem são transversais a todas as lojas do país e que as informações
necessárias são apenas as dos atendimentos feitos mas que pode, como informação
complementar, voltar a fazer constar o número de desistências verificadas.
Acrescentou ainda que desde a abertura até à presente data foram já efetuados na
Loja do Cidadão cerca de vinte e cinco mil atendimentos



última reunião realizada foi explicado que aquilo que falta pagar no âmbito dos acordos de execução e contratos interadministrativos será pago durante o mês de janeiro também fruto da realização do empréstimo de curto prazo. Acrescentou que foi explicado aos presidentes de junta as razões pelas quais não foi possível efetuar as transferências mais cedo e que alguns dos pagamentos serão inclusive efetuados até final do mês de dezembro. Disse ainda que é intenção trabalhar no sentido de o valor que for acordado para 2015 ser transferido em duodécimos salvaguardando a posição das juntas de freguesia e do município. No que se refere ao valor constante em orçamento explicou, como fez aos presidentes de junta, que é o valor que está em divida do ano 2014 e que posteriormente será efetuada uma alteração ao orçamento para incluir o valor para 2015 entre outras coisas. ---------- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO ------------ Interveio para dizer que nunca se queixou publicamente acerca de ações ofensivas corriqueiras mas esta carta vai muito além das ameaças e que tal não se pode deixar passar sem dar conhecimento público dizendo que não tem qualquer dúvida acerca do seu caminho e da sua forma de agir tentando cada vez ser mais justo, mais igual, mais fraterno e mais lutador. ----------- Relativamente à saúde disse que é altura de passar da fase da sensibilização e exigir que se criem condições para a fixação de médicos dando cumprimento a promessas eleitorais em que todas as famílias teriam um médico e até um enfermeiro. Afirmou que esta é já a fase da responsabilização do poder político e do governo em relação a esta situação e exigir respostas. ------------ Relativamente às freguesias disse saber que o executivo só não transferiu as verbas por haver disponibilidade financeira para o fazer mas o problema é de entre o pouco dinheiro que há fazer-se opções e a opção de transferir em duodécimos ou até trimestralmente é uma boa decisão. Afirmou que o pior que pode acontecer a quem gere é estar-se a contar com os meios financeiros e estes não chegarem e propôs, tal como na reunião de preparação do orçamento, que fosse efetivamente conseguido pagamento em duodécimos. ----------- PRESIDENTE DA CÂMARA ------------- Disse que o pagamento em duodécimos sempre foi uma ideia sua já quando era presidente de junta e que se não foi efetivada foi por não haver condições financeiras para tal e acrescentou que existem um conjunto de outros compromissos que se não forem cumpridos pela câmara levam até ao corte das transferências do Estado, pagamento de juros e demais consequências legais. ----------- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----------------------------------

Relativamente às freguesias disse ficar agradado por ver que se procura um
novo caminho como aliás tinha já sido referido na altura da reunião de preparação do
orçamento onde deu a sugestão que se tentasse a possibilidade de pagar as
despesas correntes em duodécimos e que os investimentos se fizessem, pelo menos,
em três ciclos diferentes e desencontrados das transferências da administração central
para as freguesias
Agradeceu a informação dada relativamente à questão da saúde e questionou se
nas consulta de recurso, do ponto de vista da eficácia, os médicos têm a possibilidade
de prescrição, de pedir meios complementares de diagnóstico e de reencaminhar para
consultas da especialidade interna e externamente
PRESIDENTE DA CÂMARA
Confirmou que os médicos que dão consultas de recurso podem fazer
exatamente o mesmo que os médicos de família e que o que difere é o facto de o
mesmo utente pode não ser atendido sempre pelo mesmo médico
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Referiu que se trata então de uma lacuna, do ponto de vista funcional, porque é
complicado que o utente não tenha uma continuidade porque a relação entre o utente
e o médico prevê uma continuidade, um historial e que nesse sentido lucra o sistema,
porque é mais eficaz, e lucra o utente do ponto de vista afetivo e da continuidade na
resolução das situações. Disse ainda que, em seu entender, o governo deverá
encontrar os meios e os incentivos necessários para se conseguir fixar médicos na
periferia, no meio rural e no interior
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Afirmou ainda que está contra a transferência de competências no âmbito da
saúde para as autarquias porque isso é aligeirar responsabilidades do governo e
descarregar nas autarquias as exigências que são transferidas e para a qual não tem
competência nem meios financeiros. Considerou que o governo só entende quando se
fazem imposições firmes, determinadas e consequentes porque a colocação de
médicos não é feita não por falta de meios financeiros ou outras questões mas sim por
haver a intenção de privatizar a saúde
VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES
Interveio para dizer que faz parte da comissão de utentes do centro de saúde e
que sabe que existem muitos utentes que têm muitas razões de queixa e que aquilo
que está em causa não é a responsabilização da Câmara Municipal mas se puder de
alguma forma pressionar as entidades competentes a resolução desta situação
precária era muito importante. Solidarizou-se também com o Vereador Augusto





A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º
78/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 5 de dezembro do corrente
ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
pelo qual se determinou a aprovação do Relatório Final do concurso em referência e
consequente adjudicação da referida empreitada à empresa Construções Castanheira
& Joaquim, Lda., no montante de € 321.182,45 (trezentos e vinte e um mil cento e
oitenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa
legal em vigor
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
PONTO II – CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL –
FASE 1 LOTE 1 – PROCESSO Nº 70/2009/DCC – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação da
caução prestada pela empresa "TOPBET - Trabalhos de Obras Públicas e
Pavimentos Betuminosos, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em
assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO III - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência
no valor de 10.033,47 € (dez mil e trinta e três euros e quarenta e sete cêntimos) para
os agrupamentos de escolas, referente aos auxílios económicos ao 1º ciclo, sendo que
o valor para o Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva é de 4.806,22 €
(quatro mil oitocentos e seis euros e vinte e dois cêntimos) e para o Agrupamento
Marinhas do Sal é de 5.227,25 € (cinco mil duzentos e vinte e sete euros e vinte e
cinco cêntimos)
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Chamou à atenção de que aquilo que se assiste é a transferência das
responsabilidades do Estado central para as autarquias e que esta situação revela a
existência de pobreza infantil e à necessidade de haver apoio no escalão A e escalão
B. Disse ainda que aquilo que o governo pretende a partir de janeiro é a
municipalização da educação o que considera um crime civilizacional e a

PRESIDENTE DA CÂMARA
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
empresários, nos termos dos pareceres emitidos
espaço público de réplica de homenagem a José Luís Soveral e Sérgio Soveral,
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a colocação em
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
ESPAÇO PÚBLICO
Ponto IV - Autorização para colocação de réplica de homenagem em
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
aumento do Fundo de Emergência Municipal
precisa, a quem tem dificuldades em diversas matérias, sendo disso exemplo o
a câmara não se demite das suas responsabilidades e faz por aprovar auxílios a quem
económicos e que aquilo que é importante ressalvar é que numa altura de dificuldades
Afirmou que aquilo que se está a colocar a aprovação são os auxílios
VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO
alunos podem adquirir, nem a escola faculta nem o banco de manuais
aquisição dos mesmos. Disse ainda que no 1º ciclo não há troca de manuais, todos os
aquisição de manuais escolares, o auxílio só é prestado mediante comprovativo da
quais os alunos. Informou ainda que este é já o segundo ano em que, relativamente à
de educação da câmara municipal têm que aguardar a indicação por parte das escolas
secundário ou até ao 2º e 3º ciclo no que se refere a estes auxílios e que os serviços
pagaram os livros. Referiu que o 1º ciclo tem algumas diferenças relativamente ao
Afirmou que de facto as famílias anseiam por esta ajuda porque nessa fase já
VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO
constrangimentos às famílias
seria as instituições comprarem os livros e distribuí-los pelos alunos evitando alguns
pais mais cedo, como acontece no ensino secundário, referindo que a forma ideal
redistribuição de material usado, que a câmara consiga que este apoio chegue aos
Sugeriu, no entanto, que independentemente do trabalho que é feito de recolha e
apenas a repetir o que é habitual, que é a câmara auxiliar os mais necessitados.
Referiu que esta situação se mantém há muitos anos e que agora se está
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
livros para que as crianças os possam ter na escolaridade básica
chegar o tempo, se se mantiver esta política, em que as câmaras têm que oferecer os
são inadmissíveis. Indicou o sentido de voto como favorável acrescentando que irá
desresponsabilização do governo central relativamente às funções sociais do estado

Disse tratar-se de um assunto já abordado em anteriores reuniões da Câmara
Municipal e que reúne o consenso de todos de que se trata de uma justa homenagem.
VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA
Esclareceu que houve uma alteração da localização proposta inicialmente
(Rotunda da Joluso) para a rotunda da Zona Industrial com o acordo dos proponentes
e após reuniões com os representantes. Acrescentou que esta alteração se deve ao
facto de antigas instalações estarem desativadas estando a empresa agora localizada
na Zona Industrial e também pelo facto de esta homenagem ir mais além e ser
também ela uma homenagem ao setor da metalomecânica que tanto contribuiu para o
desenvolvimento económico do concelho durante décadas. Informou ainda que os
proponentes prevêem um período de aproximadamente sessenta dias para executar a
peça que será colocada na rotunda
VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES
Disse tratar-se do reconhecimento dos funcionários da Joluso/Invepe a estes
dois empresários que faleceram no desempenho da sua atividade profissional mas
disse-se um pouco desiludida com a alteração da localização porque considera a zona
proposta inicialmente como uma zona de referência para os familiares e os
funcionários, e que podendo a escultura ser enquadrada naquele espaço seria mais
adequado. Referiu que se no entanto a decisão de alterar foi de acordo com os
proponentes qualquer um dos lugares será adequado para prestar esta justa
homenagem
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Congratulou-se por esta decisão e por se ter chegado a acordo sobre a
localização desta justa homenagem e muito embora nada tenha a opor quanto ao
local, entendia, pessoalmente, que devia ser no sítio inicialmente proposto porque foi
ali que apareceu a empresa e independentemente de ser uma homenagem a todo
setor metalomecânico de material circulante rodoviário, é essencialmente uma
homenagem à família Soveral. Referiu ainda que esta nova localização não é, em sua
opinião, a mais adequada por ali se encontrarem empresas de diversos ramos de
atividade e setores estruturantes do concelho de Rio Maior, também elas com
dimensões significativas, hipotecando aquele local a uma única atividade que é a
metalomecânica quando atualmente o setor agroalimentar está muito mais
evidenciado no concelho. Concluiu dizendo que esta homenagem deve ser feita e que
é de justiça que se faça
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Afirmou que a Joluso e a família Soveral são parte integrante da história de Rio

Maior e de uma indústria que na década de setenta tinha uma forte expressão no concelho de Rio Maior com mais de mil e quinhentos operários e que a Joluso, e particularmente estes dois empresários, são fruto desse contexto e arriscaram continuar a desenvolver-se e a projectar-se para além de Portugal. Continuou dizendo que esta é uma homenagem à família mas acima de tudo é uma homenagem à memória de quem trabalhou num setor muito importante para Rio Maior. Relativamente à questão estética afirmou que é muito difícil fazer juízos mas que há duas coisas que lhe parecem claras: a homenagem à família e principalmente à sua obra e assim ser entendido também como uma homenagem, via família Soveral, a um setor importantíssimo da atividade económica do concelho e que perpetuará na memória coletiva das populações. Questionou se os empresários do Sanguinhal opinaram sobre esta situação e que no que respeita ao local este é-lhe indiferente desde que não seja colocada numa rotunda onde se perca a visibilidade e se coloquem questões de segurança. Concluiu dizendo que na proposta apresentada a família devia estar presente, nem que fosse simbolicamente, não tinha que ser um busto ou um homem, porque se não dentro de muito pouco tempo não se lembrará a família mas vai-se lembrar só a Joluso. ----------- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA ----------- Esclareceu em definitivo que a localização foi definida em acordo com os representantes da família e dos proponentes da homenagem que por diversas razões consideraram que este local daria uma maior dignidade e visibilidade à homenagem prestada. ---------- PRESIDENTE DA CÂMARA ------------ Para terminar disse que que esta proposta foi presente aos serviços competentes para análise em termos legais e técnicos e que nada havendo a obstar se coloca agora a aprovação. Disse ainda que não obstante o local inicialmente proposto ser aquele que naturalmente surge para esta homenagem, também não deixa de ser verdade que a localização final irá fazer com que o seu significado perdure por muito mais tempo dada a sua envolvência. ----------- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. – ----- PRESIDENTE DA CÂMARA ----------- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. ---------- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -

Quando eram doze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados
os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial
para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte
para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de
Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos
Humanos, que a redigi
A PRESIDENTE DA CÂMARA:
A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: